



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

Pelo presente instrumento, **SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**, companhia aberta, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Av. Fued José Sebba nº 570, Setor Jardim Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 01.616.929/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante simplesmente denominada “Emissora”, e como agente fiduciário, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representado a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717, 6º e 10º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada por George Pedro Meyer e por João Alberto Lopes, doravante simplesmente denominada “Agente Fiduciário”, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples (a “Escritura”, a “Emissão” e as “Debêntures” ou, no singular, “Debênture”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 24 de novembro de 2000, e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2001.

II - DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a “CVM”), na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Escritura de Emissão é celebrada com base (i) na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2000, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG (“JUCEG”) em 06 de fevereiro de 2001 e publicada no jornal “Diário da Manhã” em 12 de fevereiro de 2001, e na deliberação da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de junho de 2001, cuja ata foi arquivada na JUCEG em 16 de julho de 2001 e publicada no jornal “O Popular” em 20 de junho de 2001.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura será registrada no 1º Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

III - DA EMISSÃO

A Emissão observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. A presente Emissão pretende atender preferencialmente clientes dos Coordenadores, bem como, sem qualquer ordem de preferência, investidores



institucionais, fundos e fundações presentes no mercado nacional, pessoas físicas e pessoas jurídicas fornecedoras e/ou prestadoras de serviços da Emissora. A distribuição será realizada, através de apresentação de ordens de compras pelos investidores interessados e não será utilizada sistemática de sobras, lotes mínimos ou máximos.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 58.000 (cinquenta e oito mil) Debêntures.

3. VALOR NOMINAL

O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na “Data de Emissão”, conforme abaixo definido.

4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão será de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), na Data da Emissão.

5. SÉRIES

A Emissão será efetuada em uma única série.

6. NEGOCIAÇÃO

As Debêntures serão registradas para negociação junto ao Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, nos termos da legislação aplicável.

IV - DO TÍTULO

1. TIPO E FORMA

As Debêntures serão do tipo simples, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações da Emissora.

Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada através de Extrato de Conta Depósito de Debêntures Escriturais, emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 176, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 (quando referido na qualidade de banco mandatário e escriturador, na forma do contrato de banco mandatário, o “Banco Mandatário”).

2. ESPÉCIE E GARANTIAS

As debêntures serão da espécie subordinada a todas as demais obrigações da Emissora, sem preferência, contando adicionalmente com a seguinte garantia:

a) caução dos Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 1.1(i) do Contrato de Caução, a seguir definido), nos termos do Item 14 desta Cláusula e do “Instrumento Particular de Contrato de Caução de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (o “Contrato de Caução”), que constitui o Anexo I desta Escritura de Emissão.

3. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01.11.2000 (a “Data de Emissão”).



4. DATA DE VENCIMENTO

As Debêntures terão prazo de 05 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 01.11.2005 (a “Data de Vencimento”) sujeito ao disposto na Cláusula VIII abaixo.

5. JUROS REMUNERATÓRIOS

- a) Sobre o valor nominal atualizado de cada Debênture definido no Item 3, Cláusula III, acima, incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescido, cumulativamente, de forma excepcional e *pro rata temporis*, de *spread* equivalente a 14% (quatorze por cento) ao ano (IGP-M+14% ao ano), calculada com base em um ano de 360 dias (os “Juros Remuneratórios”), cujo período de capitalização será o definido na Alínea “c” deste Item 5, conforme fórmula fixada na Alínea “d”, abaixo.
- b) Os Juros Remuneratórios serão devidos e pagos sempre nos dias 1º de novembro de cada ano, em parcelas anuais e sucessivas até a Data de Vencimento, ressalvado o disposto no Item 15 desta Cláusula (as “Datas de Pagamento de Juros Remuneratórios”).
- c) Tem-se por definição, para efeitos de cálculo dos Juros Remuneratórios, que:
- (i) “Período(s) de Capitalização” é o intervalo de tempo, em dias corridos, que se inicia (A) no caso do primeiro Período de Capitalização, na Data de Emissão; ou (B) no caso do primeiro Período de Capitalização após a Data de Repactuação, conforme abaixo definido, na Data de Repactuação; ou (C) no caso dos demais Períodos de Capitalização, na data do último pagamento de Juros Remuneratórios (os itens (A), (B) e (C) acima, a “Data de Início de Apuração”) e termina na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente posterior à Data de Início de Apuração ou, na hipótese de Resgate Antecipado ou Vencimento Antecipado, conforme definidos nos Itens 7 e 13 desta Cláusula, respectivamente, na Data de Resgate ou na Data de Vencimento Antecipado, conforme abaixo respectivamente definidos. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento;
 - (ii) Caso o IGP-M não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo, porém, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas;
 - (iii) Caso (A) não haja a divulgação do índice do IGP-M por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, e o índice do IGP-M não venha a ser substituído por qualquer outro índice, ou (B) o índice relativo ao IGP-M, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, não possa mais ser utilizado para determinar a remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário convocará assembleia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento A ou B aqui fixados, para, em comum acordo com a Emissora, deliberar a respeito do novo índice de remuneração a ser proposto pela Emissora e utilizado (o “Índice Substituto do IGP-M”), observadas as normas regulamentares aplicáveis a um parâmetro a ser utilizado para substituir o IGP-M, bem como observado o disposto na Alínea “c”, Item 10, Cláusula VII abaixo. Caso a Emissora e os debenturistas não acordem sobre o Índice Substituto do IGP-M, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, até 10 (dez) dias úteis após a data de realização da referida assembleia geral de debenturistas, pelo seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo resgate. Para fins de cálculo da remuneração devida por ocasião do resgate das Debêntures, será utilizada taxa equivalente à média aritmética do IGP-M divulgado nos últimos 6 (seis) meses para a atualização do valor nominal unitário de cada Debênture. Caso a Emissora aceite o Índice Substituto do IGP-M, esta Escritura será, se for o caso, imediatamente aditada para incorporar os ajustes necessários, obrigando-se a Emissora a averbar o respectivo instrumento à margem do registro a que se refere o Item 3 da Cláusula II desta Escritura;
 - (iv) Para todos os efeitos desta Escritura será considerado um ano base de 360 dias. Caso o IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas seja calculado com base em um prazo distinto de 360 dias, esse índice deverá ser ajustado, de modo a refletir um ano de 360 dias.



d) Observado o acima disposto, os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = Vna \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{a}{360}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

Vna = saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização;

b = *spread* equivalente a 14% a.a.;

a = número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

Sendo que o valor nominal unitário das Debêntures deverá ser calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal unitário atualizado;

VNe = valor nominal unitário;

IGPMn = índice do IGP-M na forma percentual, relativo ao mês n;

dn = número de dias corridos do 1º dia do mês da “atualização”, até a data de atualização;

Dn = número de dias do mês n corrente.

6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures será o valor nominal definido no Item 3 da Cláusula III desta Escritura, acrescido de juros e correção monetária a contar da Data de Emissão e até a data de efetiva liquidação. A integralização será à vista e em (i) moeda corrente nacional ou (ii) créditos de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços para com a Emissora, decorrentes de bens adquiridos e serviços contratados e executados em favor da Emissora, no ato da subscrição (a “Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas em até 06 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da Emissão pela CVM.

7. RESGATE ANTECIPADO

a) A Emissora reserva-se o direito de, após decorridos 24 (vinte e quatro) meses da Data de Emissão, promover a qualquer tempo o resgate antecipado das Debêntures em circulação desta Emissão (o “Resgate”), mediante o pagamento do valor nominal atualizado de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a Data do Resgate, conforme abaixo definido, e calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início de Apuração imediatamente anterior.



- b) O Resgate poderá ser total ou parcial, sendo neste último caso, mediante sorteio.
- c) A data do resgate (a “Data do Resgate”) será a data em que a Emissora pagará pelo Resgate, total ou parcial, das Debêntures desta Emissão.
- d) Para exercer o direito de Resgate aqui fixado, a Emissora deverá publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da Data de Resgate, fazendo constar no referido aviso as condições do Resgate, inclusive, se o Resgate é total ou parcial.
- e) As Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão canceladas pela Emissora imediatamente após a sua conclusão.

8. JUROS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não satisfeitos pela Emissora, além dos Juros Remuneratórios, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional e não indenizatória de 2% (dois por cento), bem como a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, independentemente de qualquer aviso, notificação e/ou interpelação judicial ou extrajudicial (os “Encargos Moratórios”).

9. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no Item 8 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado por ela, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

10. LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal, Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora, por intermédio do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, e, no Banco Mandatário, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao referido Sistema.

11. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na praça de São Paulo - SP e/ou Goiânia - GO.

12. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal “O Popular”, com excessão aos avisos de início e de encerramento da Emissão, os quais deverão ser publicados no jornal “Gazeta Mercantil”.

13. VENCIMENTO ANTECIPADO

- a) O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal atualizado das Debêntures em circulação, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início de Apuração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento e/ou Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos o(s) “Evento(s) de Vencimento Antecipado”):



- (i) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Emissora;
 - (ii) perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora;
 - (iii) decretação de falência, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de concordata preventiva pela Emissora;
 - (iv) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Emissora;
 - (v) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro e do setor de água e saneamento básico, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das operações da Emissora e o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura;
 - (vi) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Emissora seja mutuária ou garantidora, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas; para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Banco Central do Brasil; (iv) operações de abertura de crédito em conta corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros valores mobiliários, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Emissora;
 - (vii) existência de evidências materiais de que a Emissora tenha oferecido em favor dos debenturistas e nos termos do Contrato de Caução, Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 1.1(i) do Contrato de Caução) sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à celebração do Contrato de Caução;
 - (viii) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nos termos desta Escritura e/ou no Contrato de Caução, que não tenha sido sanada em até 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito e/ou notificação que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
 - (ix) falta de pagamento do Resgate na respectiva Data do Resgate; e
 - (x) apresentação e/ou protesto de quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si, cujo valor unitário e/ou total seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial, com razoáveis fundamentos de direito, de sustação cautelar de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal.
- b) Na ocorrência do vencimento antecipado (a “Data de Vencimento Antecipado”), independentemente de qualquer aviso e/ou notificação, o Agente Fiduciário deverá dar início aos procedimentos definidos no Item 15 desta Cláusula, com vistas a garantir e efetuar o integral pagamento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias fixadas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitações, o valor nominal atualizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início de Apuração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento e/ou Encargos Moratórios, calculados na forma do Item 8 anterior.
- c) Inobstante o disposto na Alínea “b” acima, a Emissora poderá, em até 10 (dez) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado, disponibilizar ao Banco Mandatário os recursos necessários ao pagamento integral de suas obrigações pecuniárias fixadas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitações, o valor nominal atualizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início de Apuração imediatamente anterior até a data do



efetivo pagamento e/ou Encargos Moratórios, calculados na forma do Item 8 anterior. Nesta hipótese, os procedimentos definidos no Item 15 desta Cláusula serão suspensos até a comprovação do efetivo pagamento e liquidação de todas as obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura, quando então serão cancelados de pleno direito.

14. GARANTIA DE CAUÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- a) Como garantia ao cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura a partir da Data de Emissão e até a sua liquidação final, a Emissora constitui, em caráter irrevogável e irretratável, até o limite previsto na letra “b” deste item, caução em favor da comunhão de debenturistas representada pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Caução, que constitui o Anexo I desta Escritura, e nos termos dos artigos 271 a 279 do Código Comercial Brasileiro, e 768 e seguintes do Código Civil Brasileiro.
- b) A caução é constituída sobre os Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 1.1(i) do Contrato de Caução), limitada a 82% (oitenta e dois por cento) do Faturamento Bruto Médio Diário (conforme definido na Cláusula 1.3 do Contrato de Caução) da Emissora, devendo a Emissora, mensalmente, encaminhar ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 3.1(vi) do Contrato de Caução, para conferência e acompanhamento do nível de garantia, informações sobre seu faturamento bruto mensal durante o mês imediatamente anterior e o extrato das contas especificadas e definidas no Contrato de Caução como Contas Centralizadoras.
- c) O Contrato de Caução deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, e somente poderá ser alterado mediante a aprovação prévia dos debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.
- d) O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição da garantia ora contemplada e zelar pela manutenção, por parte da Emissora, da suficiência e exequibilidade da garantia, até a liquidação total das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura.

15. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

- a) Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e sempre observado o disposto no Item 1 da Cláusula IX abaixo, (A) as datas de pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou do valor nominal atualizado de cada Debênture em circulação serão consideradas prorrogadas de pleno direito até a data da conclusão dos procedimentos estabelecidos neste Item, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e (B) a Emissora passará a amortizar os Juros Remuneratórios e o valor nominal atualizado de cada Debênture em circulação, bem como a liquidar todas as suas obrigações pecuniárias fixadas nos termos desta Escritura, observados os seguintes procedimentos:
 - (i) o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Mandatário para que ele proceda à abertura de conta corrente bancária em seu nome, no Banco Mandatário, na data de recebimento da referida notificação, cujo depósito inicial será feito com os recursos provenientes do Banco Centralizador (conforme definido no Considerando 3 do Contrato de Caução), na forma da Cláusula 1.6 do Contrato de Caução. A conta corrente será movimentada única e exclusivamente para (A) o depósito de todas e quaisquer verbas recebidas do Banco Centralizador da Emissora e/ou do Agente Fiduciário e (B) o pagamento (1) das verbas a que se referem as Alíneas “a” a “c”, do Item 1, da Cláusula IX e (2) dos valores devidos aos debenturistas, na proporção dos seus créditos (“Fundo de Amortização”). O Fundo de Amortização será administrado pelo Agente Fiduciário em benefício da comunhão de debenturistas; e
 - (ii) o Agente Fiduciário deverá notificar imediatamente o Banco Centralizador, com cópia para o Banco Mandatário e para a Emissora, para que o Banco Centralizador, nos termos e condições do Contrato de Caução, proceda ao disposto na Cláusula 1.6 do Contrato de Caução.
- b) Constituído o Fundo de Amortização, o Agente Fiduciário deverá transferir aos debenturistas, a título de amortização do valor nominal atualizado de cada Debênture em circulação e dos Juros Remuneratórios, o montante dos recursos nele depositados, na proporção dos seus créditos apurados nos termos definidos nesta Escritura, somente quando o valor total dos recursos depositados no Fundo de Amortização, observado o disposto nas Alíneas “a” a “c”, do Item 1, da Cláusula IX, exceder a R\$ 500.000,00 (quinhentos



mil reais) atualizados, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo (o “Montante Mínimo”). A Emissora deverá, até o 2º (segundo) dia útil subsequente àquele em que o saldo do Fundo de Amortização atingir um valor igual ou superior ao Montante Mínimo, transferir aos debenturistas as verbas depositadas no Fundo de Amortização, na forma do disposto no Item 10 desta Cláusula, e de acordo com os registros mantidos pelo Banco Mandatário no 1º (primeiro) dia útil imediatamente anterior à data da efetivação da transferência.

- c) A obrigação da Emissora de efetuar a amortização total ou parcial dos valores devidos aos debenturistas de acordo com o previsto neste Item 15 está condicionada ao efetivo recebimento das verbas provenientes do Banco Centralizador, na forma do Contrato de Caução, e sujeita ao disposto na Cláusula IX desta Escritura.
- d) Na hipótese de adoção dos procedimentos estabelecidos neste Item 15, os Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, serão calculados de acordo com o disposto na Alínea “b” do Item 13 desta Cláusula, ficando o seu pagamento sempre sujeito ao disposto na Cláusula IX desta Escritura e observado o disposto na Alínea “e” deste Item 15.
- e) Observado o disposto na Cláusula IX desta Escritura, fica desde já pactuado que os valores amortizados nos termos deste Item 15 deverão ser imputados primeiramente na liquidação dos Juros Remuneratórios devidos aos debenturistas até a data da liquidação financeira do referido evento e, após, na liquidação do valor nominal atualizado de cada Debênture em circulação.
- f) Após a liquidação de todas as obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá, em até 24 (vinte e quatro) horas após a verificação e comprovação de tal liquidação, (A) proceder ao disposto na Cláusula 1.8 do Contrato de Caução e notificar o Banco Centralizador para que este interrompa os procedimentos fixados na Cláusula 1.6 do Contrato de Caução, e (B) transferir para uma conta corrente a ser indicada pela Emissora, eventual saldo credor que exista no Fundo de Amortização.

16. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente emissão serão utilizados para capitalizar a Emissora, como forma de antecipar a ela parte dos 8,0% (oito por cento) dos recursos financeiros que serão obtidos com a alienação da participação acionária do Estado de Goiás no capital social da Companhia Energética de Goiás (CELG), conforme já autorizado nos termos do inciso VI, artigo 1º da Lei do Estado de Goiás nº 13.707/2000. Estes recursos serão aplicados pela Emissora na (i) implantação da Estação de Tratamento de Esgotos de Goiânia; (ii) na despoluição do Rio Meia Ponte; e (iii) na construção do Lago Bela Vista.

17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observando o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora e mantidas em tesouraria, nos termos deste Item ou do Item 7 da Cláusula VIII desta Escritura, se e quando colocadas no mercado, farão jus à remuneração igual à das demais Debêntures em circulação.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A Emissora está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- a) dentro de no máximo 100 (cem) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras, relativas ao semestre social encerrado, acompanhado do respectivo parecer de seus auditores independentes, registrados na CVM.
- b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas e relativas aos respectivos exercícios sociais encerrados, acompanhadas dos respectivos pareceres de seus auditores independentes, registrados na CVM.



- c) cópias de todas as atas de reunião do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora e de seu Conselho Fiscal, quando instalado, 5 (cinco) dias após a realização das mesmas, acompanhadas de cópia do respectivo protocolo de pedido de arquivamento na JUCEG, quando for o caso.
 - d) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada.
 - e) as informações pertinentes a Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos e com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.
 - f) imediatamente, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia.
- 2.** Prestar ao Agente Fiduciário, diretamente ou aos prestadores de serviços por este indicados, todas as informações e permitir-lhes o acesso, a qualquer tempo, a todos os documentos e registros necessários à verificação do estrito cumprimento das obrigações fixadas nesta Escritura e no Contrato de Caução.
- 3.** Comunicar, imediatamente, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, e, ato contínuo, os debenturistas, mediante publicação de aviso, observado o disposto no Item 12 da Cláusula IV desta Escritura, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, afetar negativamente os interesses da comunhão dos debenturistas, nos termos desta Escritura.
- 4.** Não praticar quaisquer atos em desacordo com (i) o estatuto social, (ii) esta Escritura e (iii) o Contrato de Caução, em especial, mas sem limitações, os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos debenturistas.
- 5.** Não pagar dividendos, exceto os mínimos obrigatórios previstos em Lei e no seu estatuto social, se houver qualquer valor devido e não pago, pela Emissora, aos debenturistas.
- 6.** Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e das demais normas regulamentares pertinentes.
- 7.** Manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas ou contratar com o Banco Mandatário a prestação desse serviço.
- 8.** Não realizar negócios e/ou operações (i) alheios ao seu objeto social definido no do seu estatuto social, (ii) que não estejam expressamente previstos e autorizados pelo estatuto social ou (iii) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos pelo estatuto, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis.
- 9.** Manter em estrita ordem a sua contabilidade e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, assim como permitir ao Agente Fiduciário (ou a prestador de serviços por este contratado), o acesso aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- 10.** Manter:
- a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Companhia, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
 - b) na forma exigida pela Lei nº 6.404/76, pela legislação tributária e demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na JUCEG; e



c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal, bem como ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS.

11. Incluir no contrato de banco mandatário a ser firmado com o Banco Mandatário, cláusula prevendo que (i) o Banco Mandatário (ou seu sucessor) deverá prestar diretamente ao Agente Fiduciário as informações que vierem a ser solicitadas referentes às Debêntures e aos pagamentos efetuados pela Emissora aos debenturistas, nos termos desta Escritura e (ii) em caso de rescisão do Contrato de Banco Mandatário por iniciativa do Banco Mandatário (ou de seu sucessor), o Banco Mandatário (ou seu sucessor) deverá continuar a prestar os serviços para os quais foi contratado até que (A) uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelo Agente Fiduciário e (B) a instituição substituta comprometa-se a prestar tais serviços, de acordo com os termos e condições do Contrato de Banco Mandatário, e substitua efetivamente o Banco Mandatário na prestação dos serviços.

12. Reembolsar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteção de direitos e/ou interesses ou para a realização de créditos em benefício da comunhão de debenturistas, compreendendo inclusive, mas sem limitações, o abaixo disposto:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por força desta Escritura, Lei ou Regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho de suas funções sendo que os valores relativos a essas despesas deverão ser previamente acordados com a Emissora;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

13. Considerar os créditos do Agente Fiduciário relativos a custos e despesas incorridos para proteção de direitos e/ou interesses ou para a realização de créditos em benefício da comunhão de debenturistas, que não venham a ser saldados na forma do Item 12 desta Cláusula, acrescidos aos seus débitos e sujeitos a idênticas garantias conferidas às Debêntures, observado o disposto na Cláusula IX.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. DECLARAÇÕES

- a) A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda., já qualificada no preâmbulo desta Escritura, nos termos aqui fixados e na melhor forma de direito, aceita a nomeação, declarando:
 - (i) aceitar a função que lhe foi conferida, para, nos termos da Lei, das normas da CVM e das cláusulas e condições desta Escritura, representar e defender os interesses da comunhão dos debenturistas perante a Emissora, assumindo, outrossim, integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
 - (ii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos artigos 9º, inciso II, e 10, da Instrução CVM nº 28/83; e
 - (iii) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida.
- b) O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura de Emissão, observado o disposto no Item 3 desta Cláusula.



2. REMUNERAÇÃO

- a) Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da Lei e desta Escritura, remuneração a ser paga da seguinte forma:
- (i) o Agente Fiduciário fará jus ao recebimento de uma remuneração no valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 06 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global, devida e paga no prazo de 05 (cinco) dias da obtenção do registro de Emissão na Comissão de Valores Mobiliários e as demais equivalentes, cada uma, a 16% (dezesesseis por cento) do valor global, devidas e pagas ao final de cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da Data de Emissão, sendo a última parcela liquidada na Data de Vencimento;
 - (ii) a remuneração prevista no subitem "(i)" acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures ou no caso de adoção, pelo Agente Fiduciário, do procedimento a que se refere o Item 15 da Cláusula IV desta Escritura;
 - (iii) a remuneração definida no subitem "(i)" acima será atualizada, na menor periodicidade admitida em Lei, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
 - (iv) a remuneração tratada no presente Item não inclui as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário com publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias, que somente serão reembolsadas pela Emissora mediante apresentação dos respectivos comprovantes (que sejam os aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas miúdas, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao exercício das funções e ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário, tudo nos termos dos Itens 12 e 13 da Cláusula V acima.
- b) Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os valores devidos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento.

3. SUBSTITUIÇÃO

- a) O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, sem que lhe sejam devidos, pela Emissora ou pelos debenturistas, quaisquer valores a título de multa ou indenização, nos seguintes casos:
- (i) por deliberação dos debenturistas, nos termos do Item 10 da Cláusula VII desta Escritura;
 - (ii) em decorrência de renúncia pelo Agente Fiduciário ao exercício de suas funções; ou
 - (iii) por ato da CVM.
- b) No prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da vacância do cargo ou da renúncia do Agente Fiduciário, o próprio Agente Fiduciário a ser substituído ou a Emissora deverá convocar assembleia dos debenturistas para deliberação e aprovação de um agente fiduciário substituto, observado o disposto no Item 10 da Cláusula VII desta Escritura.
- c) Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas, na forma da Alínea "b" acima, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão.
- d) A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere o Item 3 da Cláusula II desta Escritura.
- e) Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário se obriga a restituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da efetivação da renúncia, a



parcela da remuneração correspondente ao período entre a data da efetivação da renúncia e a do próximo pagamento, cujo valor será calculado *pro rata temporis* com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

São deveres do Agente Fiduciário, em adição aos previstos na legislação e regulamentação específica:

- a) verificar com o Banco Mandatário, nas datas em que devam ser liquidados, o integral e pontual pagamento dos valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura.
- b) monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços por ele indicados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para a Emissora, o cumprimento das funções atribuídas ao Banco Mandatário (ou por seu sucessor), nos termos e condições do Contrato de Banco Mandatário.
- c) acompanhar, por meio de relatórios periódicos preparados pela Emissora, nos termos da Cláusula 3.1(vi) do Contrato de Cessão, a situação do fluxo de caixa da Emissora.
- d) elaborar relatório anual, destinado aos debenturistas, contendo (i) as informações previstas no inciso XVII do Artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) um resumo dos relatórios referidos no subitem (c) acima. O relatório a que se refere este inciso deverá ser colocado à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado do encerramento de cada bimestre (i) na sede da Emissora; (ii) na sede do Agente Fiduciário; (iii) na CVM e (iv) nos escritórios dos Coordenadores.
- e) informar imediatamente à(s) empresa(s) contratada(s) pela Emissora para proceder à classificação de risco das Debêntures ("Agência(s) de Classificação de Risco"), ou quem a(s) suceder no exercício destas funções, a ocorrência dos seguintes eventos:
 - (i) substituição da empresa de auditoria da Emissora, do Banco Mandatário ou do Banco Centralizador, que possa alterar o nível de segurança e credibilidade atribuído (i) aos controles e mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Emissora e (ii) à Emissão;
 - (ii) omissão de fatos e informações relevantes, bem como de dados relativos a Emissora, enquanto a Emissão estiver sob avaliação da(s) Agência(s) de Classificação de Risco;
 - (iii) a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
 - (iv) descumprimento pela Emissora (A) de seu estatuto social, (B) desta Escritura, e (C) do Contrato de Caução;
 - (v) quaisquer outros eventos que, a juízo do Agente Fiduciário, possam alterar o nível de segurança e credibilidade atribuído aos controles e mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Emissora ou a capacidade de solvência da Emissora;
 - (vi) a deliberação de nova emissão de títulos e/ou valores mobiliários pela Emissora; e
 - (vii) celebração de aditamentos a quaisquer dos instrumentos contratuais relacionados à Emissão e analisados quando da classificação de risco das Debêntures.
- f) desde a primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, verificar, para os fins do disposto no artigo 12, incisos XVII e XXIII, da Instrução CVM nº 28/83, o atendimento, pela Emissora, das obrigações de pagamento fixadas nos termos desta Escritura.
- g) fiscalizar a manutenção, por parte da Emissora, da suficiência e exequibilidade da garantia, até a liquidação total das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura.



VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. As deliberações tomadas pela assembléia dos debenturistas aplicar-se-ão à totalidade das Debêntures.
2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.
3. A assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.
4. A presidência da assembléia caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; (iii) ao debenturista eleito pelos debenturistas presentes ou (iv) àquele que for designado pela CVM.
5. Sem prejuízo do disposto no Item 6 desta Cláusula, a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas poderão convocar representantes do Banco Mandatário, da Emissora, da empresa de auditoria da Emissora e/ou da(s) Agência(s) de Classificação de Risco ou quaisquer terceiros, para participar das assembléias, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
6. Independentemente de quem tenha convocado a assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário e o Presidente do Conselho de Administração da Emissora (ou seu substituto nos termos do Estatuto Social) deverão comparecer a todas as assembléias e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
7. Observado o disposto no Item 9 desta Cláusula, a cada Debênture corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.
8. Ressalvado o disposto no Item 10 desta Cláusula, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos debenturistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos debenturistas presentes à assembléia, salvo se outro quorum não for exigido por esta Escritura.
9. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da assembléia dos debenturistas, serão excluídas as Debêntures que a Emissora eventualmente possua em tesouraria e as que sejam de titularidade de funcionários e administradores da Emissora, bem como as Debêntures que sejam de titularidade de eventuais sociedades controladas, controladoras, coligadas e/ou subsidiárias da Emissora.
10. Independentemente do disposto no Item 8 desta Cláusula, as seguintes deliberações das assembléias dos debenturistas dependerão dos votos favoráveis de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, para a aprovação:
 - a) de alteração de qualquer quorum de instalação e deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão;
 - b) de alteração e/ou modificação do Contrato de Caução e das Cláusulas IV, VIII e IX desta Escritura; e
 - c) do Índice Substituto do IGP-M, conforme disposto no subitem (iii), Alínea "c", Item 5, Cláusula IV desta Escritura; e
 - d) substituição do Agente Fiduciário.
11. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a assembléia de debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.
12. As deliberações tomadas pelos debenturistas, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembléia ou do voto proferido na respectiva assembléia de debenturistas.



VIII - REPACTUAÇÃO

1. Os Juros Remuneratórios da presente Emissão poderão ser repactuados após decorridos 02 (dois) anos da Data de Emissão, calculados com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias (a "Data de Repactuação").
2. No prazo de até 30 (trinta) dias antes da Data de Repactuação, o Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar sobre as novas condições de remuneração das Debêntures para o período compreendido entre a Data de Repactuação e a Data de Vencimento ("o Período de Incidência").
3. As condições de repactuação das Debêntures serão comunicadas aos respectivos debenturistas pela Emissora, por meio de aviso publicado, no máximo, em até 20 (vinte) dias antes da Data de Repactuação (o "Aviso aos Debenturistas"), observado o disposto na Cláusula XI desta Escritura, do qual deverão constar as novas condições de remuneração e as demais condições que sejam estabelecidas para o próximo Período de Incidência da Emissão (as "Condições de Repactuação").
4. Os debenturistas que não aceitarem as Condições de Repactuação terão prazo improrrogável e decadencial de 10 (dez) dias contados da data da publicação do Aviso aos Debenturistas, para manifestar, por intermédio da CETIP, ou diretamente à Emissora, para aqueles não vinculados à CETIP, a opção de vender, na Data de Repactuação, suas Debêntures à Emissora (as "Debêntures não Repactuadas"). A manifestação de vontade dos debenturistas em relação às Condições de Repactuação será irrevogável e irretratável e prevalecerá ainda que as Debêntures venham a ser transferidas a quaisquer terceiros posteriormente à referida manifestação. A não manifestação de discordância dos debenturistas com as Condições de Repactuação, implicará, para todos os fins e efeitos de direito, na aceitação incondicional, pelos mesmos, das Condições de Repactuação.
5. Ressalvado o disposto no Item 15 da Cláusula IV desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a adquirir, na Data de Repactuação, a totalidade das Debêntures não Repactuadas, pelo valor nominal unitário atualizado de cada Debênture acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no Item 10 da Cláusula IV desta Escritura.
6. As Debêntures não Repactuadas adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, após a Data de Repactuação.
7. Os pagamentos aos debenturistas, na Data de Repactuação, serão efetuados na forma definida no Item 10 da Cláusula IV desta Escritura.

IX - ALOCAÇÃO DE RECURSOS

1. A partir da primeira Data de Integralização até o pagamento de todas as Debêntures da Emissão, a Emissora obriga-se a utilizar seus recursos financeiros para atender suas exigibilidades, obrigatoriamente, na seguinte ordem:
 - a) pagamento dos custos e despesas incorridos na Emissão e colocação das Debêntures;
 - b) reembolso do valor das despesas e honorários devidos ao Agente Fiduciário e à(s) Agência(s) de Classificação de Risco, nos termos do Item 2 da Cláusula VI desta Escritura;
 - c) pagamento dos Encargos Moratórios; e
 - d) pagamento (i) dos valores devidos aos debenturistas ou (ii) pagamento aos debenturistas do saldo dos recursos depositados no Fundo de Amortização, após o pagamento das verbas a que se referem as Alíneas "a" a "c" deste Item 1, nos termos do Item 15 da Cláusula IV desta Escritura, conforme o caso.
2. Caso a Emissora não deva quaisquer dos pagamentos referidos no Item 1 desta Cláusula, poderá utilizar seus recursos financeiros da forma que melhor lhe convier.



X - REPRESENTAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

1. A Emissora declara e garante à comunhão de debenturistas, representada pelo Agente Fiduciário, que:

- a)** é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e, conforme o caso, com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias de capital aberto;
- b)** a celebração desta Escritura, a assunção e o cumprimento das obrigações dela decorrentes, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede, exceto pelas deliberações citadas no Item 2 da Cláusula II desta Escritura,
- c)** os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui fixadas, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d)** a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- e)** não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário e/ou total seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial, com razoáveis fundamentos de direito, de sustação cautelar de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- f)** os Direitos Creditórios, conforme definido na Cláusula 1.1(i) do Contrato de Caução, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a garantia concedida nos termos do Item 14 da Cláusula IV desta Escritura; e
- g)** a celebração desta Escritura e a assunção e o cumprimento das obrigações dela decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura desta Escritura, dos quais a Emissora seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 1.1 (i) do Contrato de Caução); (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Emissora ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade.

XI - DESPESAS

Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro dos atos necessários para colocação da presente Emissão, tais como a Escritura e atos societários da Emissora, bem como os custos com a publicação do extrato destes últimos na forma da Lei.

XII - PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela Emissora na Cláusula IV, Item 12 acima - PUBLICIDADE, todas as publicações legalmente exigidas da Emissora são e deverão continuar a ser feitas no jornal "O Popular", com exceção aos avisos de início e de encerramento da Emissão, os quais deverão ser publicados no jornal "Gazeta Mercantil".



Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Daniel Dominguez

SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO
EMISSIONA

Geraldo F. Felix de Sousa

SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
AGENTE FIDUCIÁRIO

José Alberto Lopes

Geoffrich Meyer

Goiania - Goiás
Reconhecido, por semelhança
5. Trânsito em julgado

[illegible]



Registro de Imóveis da 1ª. Circunscrição
GOIÂNIA-GOÍAS
Rua 14 nº. 201 seq. Pava 3 - Setor Oeste
FONE: 215-2331 - Goiânia-GO

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
1ª-1-C GOIÂNIA-GOÍAS
Frendado no prot. 1 sob nº 292:550 193
Registrado no Lx. nº. 02 R. 01 Sob nº R.
Referente a ~~XXXXXX~~ nº. 6:500- livro 03
Observação: Emissão de Debentures
Colônia 25 de setembro de 2001
Maria Schleg Durães

REG. DE IMÓV. 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
Maria Schleg Durães
SubOficiala

TAB. E REG. CIVIL DE VILA BRASÍLIA.
280-2100-Distrito de Vila Brasília,
Município de Aparecida de Goiânia-GO.
1º RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)
firmas de:
GlmRdwr4-GERALDO FERREIRA FELIX DE SOUSA
Em Testemunho da verdade.
DIST. DE VILA BRASÍLIA, 26/09/2001
2º TAB. E REG. CIVIL DE VILA BRASÍLIA.
280-2100-Distrito de Vila Brasília,
Município de Aparecida de Goiânia-GO.
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)
firmas de:
GlmS96s8-DANIEL DOMINGUES.
Em Testemunho da verdade.
DIST. DE VILA BRASÍLIA, 26/09/2001
004 AMINE MARIA MIGUEL BRASIL
SUBOFICIAL E ESCRIVENTE

 **Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo**
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5574-0944
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz 
RECONHECO por semelhança, a(s) firma(s): GEORGE PEDRO MEYER (56434), JOAO ALBERTO
LOPES (56433), as quais conferem com os padrões depositados em Cartório.
São Paulo, 14 de setembro de 2001. Nº 0068/14092001-0
Em testemunho da verdade.
Guia n. 173/01 Total R\$ 3,66
GERSON PIMENTA  Fico AUT. e VIG. BALCAO
"QUALQUER EMER" 
NOTAS
SAO PAULO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
GERSON PIMENTA
Escrivente Autorizado
190744096285



ANEXO I

REDE ARRECADADORA

Nº	BANCOS	
1	Banco do Brasil S.A.	
8	Banco Santander Meridional S.A.	
33	Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa	
41	Banrisul	
104	Caixa Econômica Federal	
230	Banco Bandeirantes S.A.	
231	Banco Boavista Interatlântico S.A.	
237	Banco Bradesco S.A.	
244	Banco Cidade S.A.	
275	Banco ABN AMRO Real S.A.	
291	Banco de Crédito Nacional	
320	Banco Industrial e Comercial S.A.	
341	Banco Itaú S.A.	
347	Banco Sudameris Brasil S.A.	
353	Banco Santander	
389	Banco Mercantil do Brasil S.A.	
399	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	
409	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	
422	Banco Safra S.A.	
424	Banco Noroeste S.A.	
453	Banco Rural S.A.	
479	Bankboston Banco Múltiplo S.A.	
641	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	
800	Sistema de Crédito Cooperativo de Goiás	
802	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	
920	Federação das UNICRED Brasil	
953	Sicredi	
Agentes Alternativos		
888	Interchange	Piloto
905	Service Pague	Piloto



ANEXO II

MINUTA DE CARTA AOS INTEGRANTES DA REDE ARRECADADORA

São Paulo-SP, (•) de (•) de 2001.

(Banco)
(Agência)
(Endereço)

Atenção: (Gerente)

Prezados Senhores,

1. Estima-se para os próximos dias a colocação de debêntures da Primeira Emissão da SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO (a "EMISSORA") sob a coordenação do UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. e Banco Alfa de Investimento S.A. e tendo a SLW – Corretora de Câmbio e Valores Ltda. como Agente Fiduciário.
2. As garantias dadas a estas debêntures estão especificadas na Escritura de Emissão e seus Anexos, sendo que no Instrumento Particular de Contrato de Caução de Direitos Creditórios e outras Avenças, definiu-se que as debêntures serão garantidas pelos créditos detidos pela EMISSORA contra Unidades Consumidoras de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto; ficando o Banco Centralizador incumbido de desempenhar a função de centralizador da arrecadação destes créditos.
3. Sendo o (BANCO) uma das instituições que compõem a rede de arrecadação da EMISSORA, comunicamos que todos os valores que forem pagos pelos consumidores de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto da EMISSORA deverão obrigatoriamente ser centralizados no Banco Centralizador por meio de Documento de Ordem de Crédito - DOC, ou por meio de documento eletrônico de compensação, para crédito em uma das seguintes contas correntes da EMISSORA, (a) conta n.º 643007-4 da agência 0092 mantida no Banco do Estado de Goiás S.A., e (b) conta n.º 643013-9 da agência 0092 mantida no Banco do Estado de Goiás S.A., respeitando o tempo necessário para o processamento hoje existente.
4. Ressalvamos que qualquer alteração no procedimento de repasse ora indicado deverá conter obrigatoriamente a concordância escrita do Agente Fiduciário. Esta anuência e concordância são imprescindíveis à execução das garantias ora prestadas.
5. Este procedimento entrará em vigor a partir da data do primeiro anúncio de Início de Distribuição Pública das Debêntures, a ser veiculado no jornal "Gazeta Mercantil", e cessará quando do término das obrigações da EMISSORA relativas à Primeira Emissão de Debêntures. Em data oportuna, o Agente Fiduciário comunicará a V.S.a., quanto à publicação do anúncio acima mencionado e ao término das obrigações da EMISSORA.



Esta folha faz parte integrante da Minuta da Carta aos Integrantes da Rede Arrecadadora

Atenciosamente,

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO – EMISSORA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

DE ACORDO:
(BANCO)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo: